

Desafiando os cânones nacionais: novas perspectivas e as possibilidades de um futuro antieugênico

Challenging National Canons: New Perspectives and the Possibilities of an Anti-Eugenic Future

Marius Turda*

Pietra Diwan**

Após décadas de esforços para construir um mundo mais inclusivo e democrático, parece que as “velhas ideias” da eugenia não desapareceram. Algumas dessas ideias podem estar escondidas nos arquivos, mas outras não. Elas seguem fornecendo terminologias e explicações para uma série de questões relacionadas a pobreza, educação, acesso a cuidados de saúde e deficiência. Durante a recente pandemia da Covid-19, ideias de produtividade econômica e social fluíram prontamente a partir de um vocabulário eugenista que, embora tenha sido podado de suas metáforas abertamente racistas, ainda carregava ecos de práticas e padrões discriminatórios do passado contra indivíduos baseados em idade, raça e gênero. A eugenia, ao que parecia, poderia ser ressuscitada tão facilmente por políticos quanto por pessoas comuns.

O principal objetivo deste Dossiê temático, publicado pela *Revista Brasileira de História*, é dar visibilidade a um debate acadêmico que frequentemente é visto através do prisma de suas tradições nacionais. Nossa convicção é a de que é necessário que os estudiosos da eugenia ultrapassem as fronteiras de seus cânones nacionais e se envolvam em trabalhos colaborativos. Mais importante ainda, o envolvimento acadêmico com o ativismo anti-eugênico também deve ser constante e sistematicamente mantido, pois o trabalho atual so-

* Oxford Brookes University, Oxford, Reino Unido. mturda@brookes.ac.uk <<https://orcid.org/0000-0002-5225-1536>>

** Bluegrass Technical & Community College, Lexington, Kentucky, KY, Estados Unidos da América. pietra.diwan@kctcs.edu <<https://orcid.org/0000-0002-0822-9294>>

bre os legados da eugenia continua a gerar novas maneiras de responder às demandas contínuas por justiça reprodutiva, social e racial.

Os legados da eugenia são ubíquos e duradouros. O preconceito racial, a rotulagem biológica e as descrições chauvinistas de minorias étnicas, sociais e sexuais são tão eficazes agora quanto no passado. A eugenia continua a moldar nossas vidas, seja na forma de esterilização forçada com base em etnia, gênero, ou disfarçada de registro criminal ou restrições de imigração, assim como na aplicação de vários testes genéticos pré-natais para deficiências. Portanto, é imperativo compreender as implicações da prática e do pensamento eugênicos no mundo de hoje. Nas últimas três décadas, estudiosos de uma variedade de disciplinas acadêmicas têm oferecido uma abordagem informada historicamente da eugenia. Eles traçaram o avanço e o retrocesso dos movimentos eugênicos ao redor do mundo e os forçaram a sair de sua carapaça de proteção institucional. Ao fazê-lo, tornaram visível o que antes estava oculto em muitas historiografias nacionais.

Mas para entender a eugenia hoje, precisamos investigar mais profundamente a estrutura de nossas sociedades e examinar as instituições e redes de poder, bem como as representações dos corpos humanos como capazes, valiosos e dignos. A eugenia não se trata apenas de controlar a reprodução em nome da hereditariedade. Ela se preocupa igualmente com a busca pelo poder, a exclusão e o desejo de “pureza” racial. Desde o seu surgimento na Grã-Bretanha, na Europa e nos Estados Unidos na década de 1880, a eugenia tinha como objetivo exercer controle sobre corpos humanos. Ao fazer isso, moldou atitudes em relação a raça, comportamento social, doença mental, deficiência e civilização nos dias atuais.

Existem diversas interpretações da eugenia na literatura científica e na cultura popular, variando de contexto para contexto e de país para país. Conforme as sociedades em todo o mundo se desenvolveram e mudaram, o significado da eugenia foi adaptado de acordo. No entanto, vários temas comuns permanecem inalterados, principalmente um padrão estrito de beleza física, capacidade intelectual e valor social, todos baseados em padrões estéticos, culturais e racistas produzidos por eugenistas proeminentes, como Francis Galton, Alfred Ploetz, Charles Davenport, Adolphe Pinard, Gregorio Marañón, Alfredo M. Saavedra e Renato Khel. Os argumentos apresentados por esses autores, e muitos outros, foram compartilhados por comunidades de cientistas, líderes religiosos, reformadores sociais e políticos que adotaram a estrutura da eugenia e consistentemente a dotaram de significado e credibilidade.

Sob essa perspectiva, este Dossiê tem como objetivo lançar luz sobre dife-

rentes possibilidades de interpretação, com a intenção de ampliar o debate brasileiro sobre a eugenia. Recebemos muitas contribuições excelentes e interessantes que não puderam ser incluídas aqui. Algumas estavam fora do escopo ou ainda não estavam prontas, mas o motivo predominante foi o espaço limitado. Encorajamos a publicação desses trabalhos e o avanço da pesquisa. O campo necessita de mais discussões, perspectivas diversas e um debate ativo e inclusivo sobre o lugar que a eugenia ocupa em nossas histórias nacionais. Precisamos investigar ainda mais as possibilidades de análise de agendas eugênicas semelhantes em diferentes territórios e temporalidades.

A eugenia permanece em grande parte ausente das histórias nacionais oficiais na Europa, bem como em países da América do Sul. Claramente, não basta apenas discutir a eugenia como um subtema na história da biologia ou na história da medicina. É importante que a eugenia seja incorporada aos debates sobre a história nacional e que os estudiosos da eugenia proponham interpretações e novas abordagens relevantes para a transformação política e cultural contínua de nossas sociedades. Desde o seu início, a eugenia foi vista como uma ciência eclética. Como vemos na imagem da árvore usada como símbolo no Segundo Congresso Internacional de Eugenia em 1921 – e amplamente reproduzida posteriormente –, a eugenia obtinha suas energias de diferentes disciplinas acadêmicas; não apenas genética e medicina, mas também história, filosofia, antropologia, genealogia e política.

Ao longo da última década, mas especialmente desde 2021, o campo da eugenia cresceu em importância. Os estudiosos reconhecem cada vez mais que o impacto duradouro da eugenia não pode ser adequadamente explicado por estudos históricos que limitam seu foco ao momento anterior à Segunda Guerra Mundial. As raízes da “árvore da eugenia” permaneceram fortemente ancoradas na política e na sociedade até os anos 1970 e 1980. Essa nova onda de estudos, embora se baseie em modelos historiográficos mais antigos, questiona conceitos históricos que não explicam completamente as complexidades e nuances dos desenvolvimentos globais na história da eugenia. Um exemplo é o tema do declínio demográfico centrado em alegorias de raça e “sangue”, bem como em medidas eugenistas negativas, como a esterilização. Em consonância com as principais figuras do movimento eugenista anterior a 1945, muitas figuras públicas influentes hoje professam a crença de que a engenharia biológica e a criação seletiva são necessárias para a manutenção de seu padrão de vida e poder político.

Ao mergulhar na complexa história da eugenia, a pesquisa interdisciplinar pode estabelecer um diálogo entre diferentes áreas e, assim, gerar

uma visão mais abrangente de como a eugenia se organizou e espalhou suas ramificações por várias esferas da sociedade. No seu cerne, a eugenia foi um projeto para fortalecer e proteger os corpos individuais e coletivos no contexto do Estado-nação moderno. Um arsenal de intervenções positivas (de investimento) e negativas (de restrição) foi utilizado para controlar e influenciar a vida das pessoas na busca desse objetivo. Com seu olhar objetificante e estigmatizante, a eugenia moldou distintamente o ideal moderno de aptidão física e superioridade intelectual. Isso demandou a criação de uma sociedade capaz, na qual aqueles vistos como diferentes, uma forma de humanidade “não apta”, eram relegados a instituições, programas educacionais especiais e espaços sociais marginais. Eles não eram considerados membros valiosos do corpo político nacional. Vários especialistas emprestaram sua credibilidade científica a medidas que estigmatizaram, marginalizaram e, em última análise, desumanizaram aqueles cujas vidas controlavam e supervisionavam. Como é até hoje, era tentador acreditar que se poderia resolver problemas sociais declarando que algumas pessoas eram menos aptas, biologicamente predispostas a “comportamento criminoso” ou naturalmente adequadas a pobreza e promiscuidade.

O desafio agora é entender o quão profunda e amplamente a eugenia se inseriu na vida moderna. Com certeza, afetou milhões de pessoas. A eugenia alimentou sistemas de bem-estar em países tão politicamente diversos como Estados Unidos, Suécia, Japão e Tchecoslováquia, que continuaram com seus programas de esterilização após a Segunda Guerra Mundial. Os arquitetos de programas de bem-estar, saúde e assistência social nesses países lamentaram a inadequação de soluções educacionais e ambientais para problemas que foram produto de sucessivas gerações de infelizes “escolhas de acasalamento”. Em vez disso, eles continuaram a buscar soluções eugênicas, como a esterilização voluntária e compulsória. Essas práticas só foram recentemente abandonadas em países europeus, como a Espanha, por exemplo, onde a esterilização de mulheres com deficiência era legal até 2020.

Reconhecida como um movimento transnacional, a eugenia pode ser explicada por experiências históricas que estavam reciprocamente conectadas e que se multiplicaram de acordo com as peculiaridades de cada região, país ou cidade. Mas mesmo dentro das sociedades, de associações e redes eugênicas, havia visões divergentes ou matizadas e correntes de pensamento variadas, embora todos concordassem que seu principal objetivo era fortalecer a saúde hereditária de um determinado grupo em detrimento de outros. Eficiência, simetria corpo-

ral, segregação, supremacia e branqueamento estavam entre alguns de seus objetivos, de acordo com as premissas da modernidade ocidental.

Este Dossiê é resultado de um convite a historiadores da eugenia do Brasil, do Reino Unido e dos Estados Unidos para discutir e problematizar as permanências dos discursos e práticas eugênicas ao longo do tempo e do espaço. Suas abordagens variadas apontam para um diálogo aberto e contínuo sobre práticas médicas, questões reprodutivas, legislação, religião, educação, imigração e saúde mental, todas mediadas por visões eugênicas de raça, gênero e classe.

Em primeiro lugar, Weber Lopes Góes (Instituto Federal de São Paulo) reflete sobre a trajetória da eugenia durante a segunda metade do século XX a partir de uma perspectiva brasileira, dedicando especial atenção às maneiras como o estigma ligado ao anormal se cruzava com ideologias racistas. A seguir, Richard Cleminson (University of Leeds) discute como a Ordem Mazdaznan, uma derivação do Zoroastrismo, promoveu a eugenia entre seus membros ao lado de um regime de saúde que incluía o vegetarianismo, exercícios respiratórios e auto-regulação. Cleminson é seguido por Viviane Borges (Universidade do Estado de Santa Catarina), que, usando registros prisionais, examina como ideias de inferioridade e criminalidade têm coexistido no Brasil desde a década de 1930.

Guilherme Lemos (Instituto Federal de Brasília), por sua vez, compara o desenvolvimento urbano e as utopias eugênicas nas cidades de Brasília e Joanesburgo. Ecoando essa perspectiva transnacional, Miroslava Chavez-Garcia (University of California, Santa Barbara) concentra-se na relação entre o movimento ambiental, o controle populacional e a aceitação de restrições à imigração nos Estados Unidos durante as décadas de 1960 e 1970. Geandra Denardi Munareto (Universidade Estadual de Maringá) analisa como um tipo específico de projeto eugênico, exemplificado pela revista *Mankind Quarterly*, se espalhou dentro da extrema-direita por meio de uma rede internacional, na qual participantes de diferentes países apoiaram a ideia de raça e racismo científico. Por fim, Christopher Donohue (National Human Genome Institute) destaca como, após o fim da Segunda Guerra Mundial, cientistas e bioeticistas nos Estados Unidos advogaram por uma ampla variedade de práticas eugênicas juntamente com avanços na medicina e genética populacional.

Também incluímos neste Dossiê duas resenhas de publicações recentes no campo. André Mota, diretor do Museu Histórico da Faculdade de Medicina, fez uma resenha dos seis volumes de *The Cultural History of Race* (Londres: Bloomsbury, 2021), e Natália Maria Gaspar fez uma resenha do livro de

Fabiola López-Durán *Eugenics in the Garden: Transatlantic Architecture and the Crafting of Modernity* (Austin: University of Texas Press, 2018).

Essa seleção de artigos e resenhas coloca a história da eugenia no Brasil em uma perspectiva mais ampla, com base em obras publicadas em idiomas diferentes do português. Também destaca a natureza das atividades eugênicas fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo e demonstra o diálogo entre diferentes localidades geográficas e suas dinâmicas. Uma visão renovada da eugenia brasileira requer a interseccionalidade (raça, etnia, gênero e classe) e uma visão transnacional, por meio da qual práticas epistêmicas e discursos públicos possam ser melhor compreendidos. O Brasil recebeu o maior número de africanos escravizados como resultado do comércio Atlântico, em detrimento de suas populações indígenas. Após a abolição da escravidão, um grande número de imigrantes (principalmente de países europeus de população branca) chegou para fazer parte da força de trabalho, marginalizando ainda mais as populações indígenas e negras. No final do século XIX, o conceito de “democracia racial” se desenvolveu ao lado da eugenia e, devido a essa relação, uma abordagem “mais suave”, “mais branda” – e alguns diriam “preventiva” ou “neo-lamarckista” – à questão da pureza racial foi proposta pelos eugenistas.

Estudos recentes têm questionado essa suposição, julgando a forma neo-lamarckista de eugenia, tão intrusiva quanto a chamada eugenia mendeliana; ambos os modelos condenaram segmentos da população a um status marginalizado. A eugenia preventiva foi usada com o objetivo de proteger apenas aqueles que eram considerados valiosos, e esses indivíduos não eram os quilombolas e a população negra, pessoas com deficiência e outros considerados perigosos ou improdutivos. Esses grupos foram relegados a uma cidadania de segunda classe e vistos como um “fardo social”. Seus direitos a saúde, educação e acesso a condições básicas estavam fora da agenda política brasileira até pelo menos 1988, quando o Sistema Único de Saúde (SUS) foi estabelecido como um direito constitucional, pelo menos em teoria, para toda a população.

Embora o neo-lamarckismo e a biotipologia tenham sido as versões predominantes da eugenia adotadas no Brasil, é imperativo entender que essas também estabeleceram uma hierarquia de pessoas, tendo o “homem branco” como o tipo ideal, e uma estrutura social que definia o que era doente/saudável; apto/inapto; normal/anormal, e assim por diante. Aqueles que eram considerados “disgênicos” eram constantemente monitorados, encarcerados e marginalizados, tal era o perigo que eles representavam para a “raça e nação

brasileira”. Por outro lado, os grupos que se acreditava terem valor “eugênico” foram incluídos como participantes em políticas nacionais de saúde e cuidado.

A ideia de “desafiar os cânones nacionais” está alinhada com algumas discussões contemporâneas no Brasil sobre a omissão da história do movimento eugênico de muitos honrados intelectuais, médicos e personalidades públicas. O argumento de que eles eram “pessoas do seu tempo” precisa ser criticado, pois na realidade esses indivíduos estavam diretamente engajados em um projeto de regeneração nacional que excluía – ou tornava invisíveis – os grupos considerados “impróprios”, que tentava apagar a Negritude por meio do “branqueamento” e que excluía muitos outros grupos. As histórias desses intelectuais “honrosos” deveriam ser objeto de discussão objetiva com base em fontes primárias, sem debates infrutíferos sobre “cultura do cancelamento” ou apegos emocionais, mas sim com a consciência de que manter esses cânones nacionais intocados perpetua os legados da eugenia até os dias atuais. Para que esse debate ocorra, é importante mostrar como a exclusão foi historicamente produzida pela pobreza, pelo encarceramento em massa, pelo controle sobre a reprodução e pelo preconceito justificado pelos argumentos de “vidas sem valor” e de suposta inferioridade biológica. O mito da democracia racial brasileira é uma falácia ainda a ser resolvida, não apenas no campo acadêmico, mas também no discurso público no Brasil e no exterior. Tópicos sensíveis que exigem atenção pública incluem a esterilização de seis milhões de mulheres no Brasil entre 1960 e 1990; a discussão dos direitos reprodutivos além do argumento religioso; a criminalização historicamente produzida do corpo negro; e as maneiras pelas quais a eugenia positiva investiu e produziu uma classe média que cultua ideais de aparência e aptidão física.

Este Dossiê baseia-se em um diálogo aberto com um passado difícil, envolvendo discussões desconfortáveis sobre desigualdades sociais, raciais e de gênero, e abrindo novos caminhos para uma compreensão coletiva voltada a construir um futuro que esteja ciente de seu passado e comprometido com uma agenda antieugênica. Cicatrizar as feridas profundas causadas por mais de um século de eugenia requer o reconhecimento público daqueles que foram prejudicados no passado e daqueles que continuam a ser maltratados no presente. É um processo lento, mas o progresso está sendo feito. Vítimas de esterilização estão finalmente sendo reconhecidas, ouvidas e recebendo reparações nos Estados Unidos, no Japão, na República Tcheca, entre outros países. Em 2017, mulheres indígenas no Canadá entraram com uma ação coletiva buscando responsabilizar o governo canadense, entre outras partes, pela esterilização “coagida” ou involuntária. No Peru, a Associação de Mulheres Peru-

anas Vítimas de Esterilização Forçada (AMPAEF) continua a pressionar por um acerto de contas público em relação ao programa de esterilização do governo Fujimori e a exigir justiça para as vítimas.

Igualmente importante, a comunidade científica mais ampla está se manifestando sobre os legados da eugenia e suas conexões próximas com a história da genética, da biologia evolutiva, da psiquiatria e da psicologia. Grandes instituições no Reino Unido e nos Estados Unidos estão agora abordando e confrontando seu passado eugênico e construindo um futuro antieugênico. É importante que desenvolvimentos semelhantes ocorram em outros países também. Por mais de um século, a eugenia dependeu do mito de que seus métodos são científica e moralmente sólidos e que seus objetivos são comprovadamente alcançáveis. Continuamos desafiando esse mito com projetos como o Confront Eugenics (www.confront-eugenics.org) e outros.

Em última análise, no entanto, esse esforço coletivo para combater a eugenia não repousa apenas sobre indivíduos, mas também sobre grandes instituições de pesquisa, universidades e editoras, que juntas devem rejeitar o racismo e as ideias de determinismo biológico. Muito trabalho ainda precisa ser feito antes que uma sociedade justa seja alcançada.

OUTRAS LEITURAS

- BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa (Eds.). *The Oxford Handbook of the History of Eugenics*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- COSTA, G. Política Social, Serviço Social e Eugenia: reflexões para o século XXI. In: EURICO, Márcia Campos et al. *Coletânea Questão Racial, Serviço e os desafios contemporâneos*. Papel Social: São Paulo, 2021. pp. 52-61.
- CHARLOT, Leigh Ann; WASHINGTON, Karen; HALL, Cadmona. Exhumed: Reckoning with the History of Eugenics in Marriage and Family Therapy. *The Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, v. 30, n. 4, pp. 1-6, 2022.
- DIWAN, Pietra Stefania. Cold Spring Harbor Laboratory e o Eugenics Record Office (1890-1939): genética e eugenia. *Filosofia e História da Biologia*, v. 17, n. 1, pp. 115-139, 2022.
- DIWAN, Pietra. Melhoramento humano, ectogênese e imortalidade: O cosmismo russo e a arqueologia do transhumanismo. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 75, pp. 89-119, 2022.
- DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007.
- HOVHANNISYAN, Astghik. The Testimony of a Victim of Forced Sterilization in Japan: Kita Saburō. *The Asia Pacific Journal*, v. 18, n. 2, pp. 1-11, 2020.

- IPGRAVE, Benedict et al. From Small Beginnings: to Build an Anti-Eugenic Future. *The Lancet*, n. 399 (10339), pp. 1934-1935, 2022.
- LIRA, Natalie. *Laboratory of Deficiency: Sterilization and Confinement in California, 1900-1950s*. Berkeley: University of California Press, 2021.
- LOMBARDO, Paul A. *Three Generations, No Imbeciles: Eugenics, The Supreme Court, and Buck v. Bell*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2008.
- MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- PEREIRA, Anderson de Carvalho. Psicología, eugenesia en el cotidiano de la educación de niños en la prensa brasileña (1893-1917). *Psicologia da Educação*, n. 50, pp. 9-17, 2020.
- ROTH, Cassia. *A Miscarriage of Justice: Women's Reproductive Lives and the Law in Early Twentieth-Century Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2020.
- SNYDER, Sharon L.; MITCHELL, David. T. *Cultural Locations of Disability*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2006.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 23, supl. 1, pp. 93-110, 2016.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de; WEGNER, Robert. História da eugenia: contextos, temas e perspectivas historiográficas. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Orgs.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec Editora, 2018. pp. 328-355.
- STEPAN, Nancy Leys. *The "Hour of Eugenics": Race, Gender, and Nation in Latin America*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991.
- STERN, Alexandra Minna. *Eugenic Nation: Faults and Frontiers of Better Breeding in Modern America*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- TURDA, Marius. Legacies of Eugenics: Confronting the Past, Forging a Future. *Ethnic and Racial Studies*, v. 45, issue 13, pp. 2470-2477, 2022.
- TURDA, Marius. *Modernism and Eugenics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.
- TURDA, Marius; BALOGUN, Bolaji. Colonialism, Eugenics and "Race" in Central and Eastern Europe. *Global Social Challenges Journal*, v. 20, n. 1, pp. 1-11, 2023.
- TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron. *"Latin" Eugenics in Comparative Perspective*. London: Bloomsbury, 2014.
- WALSH, Sarah. *The Religion of Life: Eugenics, Race, and Catholicism in Chile*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2022.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Viviane. O arquivo e a prisão: a premissa de inferioridade dos indivíduos incômodos (Brasil, 1930 – ao tempo presente). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, pp. 123-144, 2023.
- CHAVEZ-GARCIA, Miroslava. From “Tough Love” to “Street Fight”: Garret Hardin and Cordelia S. May’s Battle for Population Control and Eugenics at the Turn of the Millennium. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, pp. 175-198, 2023.
- CLEMINSON, Richard. Mazdaznan, Eugenics and the Future of the “White Race”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, pp. 101-122, 2023.
- CONFRONTING EUGENICS. [s.d.]. Disponível em: www.confront-eugenics.org. Acesso em: 31 out. 2023.
- DONOHUE, Christopher R. “The Bare Replacement”: Geneticists’ and Bioethicists’ Support of Eugenics, from after the Second World War to the Human Genome Project. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, pp. 225-252, 2023.
- GASPAR, Natalia Maria. A arquitetura moderna do século 20, tecnologia herdeira da eugenia do século 19. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, pp. 409-415, 2023.
- GÓES, Weber Lopes. A Eugenia entre os séculos XX e XXI: uma discussão necessária. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, pp. 75-99, 2023.
- LEMONS, Guilherme Oliveira. Utopias Eugênicas, Distopias Coloniais-Modernas: uma história transnacional do apartheid de Joanesburgo a Brasília. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, pp. 145-173, 2023.
- MUNARETO, Geandra Denardi. Eugenia e raça no pós-guerra: o periódico *Mankind Quarterly* e as teorizações da extrema-direita. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, pp. 199-223, 2023.
- MOTA, André. Por uma história cultural da raça: reflexões urgentes sobre tempos remotos e recentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 43, n. 94, pp. 417-423, 2023.

